

POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

O administrador deste *website* é o Banco Santander Totta, S.A., com o número de identificação fiscal (NIF) e NIPC 500844321 e com sede na Rua do Ouro, n.º 88, 1100-063 Lisboa.

Informação sobre a proteção de dados	
Responsável pelo tratamento	Nome: Banco Santander Totta, S.A. Morada: Rua do Ouro, n.º 88, 1100-063 Lisboa Contacto do Encarregado da Proteção de Dados: privacidade@santander.pt
Finalidade e fundamento jurídico para o tratamento	Gestão e resolução de denúncias relativas a comportamentos que representem um incumprimento do Código Geral de Conduta ou que sejam contrários aos Comportamentos Corporativos. Esta finalidade está de acordo com as obrigações legais e os interesses legítimos do Responsável pelo Tratamento.
Destinatários	Os dados pessoais não serão revelados a terceiros, exceto quando a lei assim o obrigue, protegendo assim a identidade do colaborador que apresenta a denúncia.
Direitos	O titular dos dados tem o direito de acesso aos dados que lhe digam respeito, à sua retificação bem como a solicitar a sua portabilidade e, nos casos em que a lei lhe permite, o direito de se opor ao tratamento, à limitação do tratamento e ao seu apagamento. O titular tem ainda o direito de apresentar reclamações relacionadas com o incumprimento pelo Banco das disposições relativas à proteção e tratamento de dados pessoais junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
Informação adicional	O detalhe da informação encontra-se descrito abaixo.

Informação adicional sobre proteção de dados

O Banco Santander Totta, S.A. (doravante “Banco”) cumpre integralmente a legislação relativa à proteção de dados pessoais e, em particular, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados

(doravante “RGPD”) e a Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD (“LPDP”). Qualquer informação pessoal transmitida pela parte interessada (doravante “Titular dos Dados”) quando efetuar uma denúncia relativa ao incumprimento do código de conduta ou a atividades contrárias aos comportamentos corporativos, através do canal de denúncias (doravante “Canal”), será tratada de acordo com as obrigações legais do Banco.

Em conformidade com a lei em vigor, o Banco implementou as medidas técnicas e organizativas que asseguram um nível adequado de segurança e evitam a perda, utilização incorreta, o acesso não autorizado ou o roubo da informação transmitida pelo Titular dos Dados. O Banco também assegura que cumpre com o seu dever de segredo e de confidencialidade relativamente aos dados pessoais transmitidos pelo Titular de Dados através do Canal.

A apresentação da denúncia implicará o fornecimento dos dados pessoais relacionados com a mesma, o qual, em certos casos, poderá ser um requisito necessário para proceder à sua gestão e resolução.

I. Quem é responsável pelo tratamento dos seus dados?

Nome: Banco Santander Totta, S.A.

Morada: Rua do Ouro, n.º 88, 1100-063 Lisboa

Contacto do Encarregado de Proteção de Dados: privacidade@santander.pt

II. Quem é o Encarregado da Proteção de Dados e como poderá ser contactado?

O Encarregado de Proteção de Dados é a pessoa responsável por assegurar o cumprimento do RGPD e, desse modo, garantir a proteção dos dados pessoais transmitidos pelos Titulares de Dados através do Canal.

Para contactar o Responsável pelo Tratamento de Dados, o Titular de Dados poderá enviar um *email* para privacidade@santander.pt ou uma carta para:

Rua da Mesquita, n.º 6

Edifício Santander

1070-238 Lisboa

Portugal

III. Com que finalidade e com que fundamento jurídico tratamos os seus dados pessoais?

A finalidade é a gestão e a resolução de denúncias transmitidas pelos Titulares de Dados.

O fundamento jurídico para a gestão e a resolução de denúncias relativas ao

incumprimento do código de conduta encontra-se em conformidade com as obrigações legais do Banco.

O fundamento jurídico aplicável à gestão e à resolução de denúncias cujo propósito é o de reportar atividades contrárias aos comportamentos corporativos é o interesse legítimo do Banco. No contexto do exercício do respetivo poder de organização e gestão, o Banco pretende assegurar que os comportamentos corporativos são respeitados, sendo tal atitude esperada da parte de todos os Colaboradores. O tratamento de informação com este propósito não deverá ter impacto nos direitos dos Titulares dos Dados e não deve ser prejudicial para eles de nenhuma forma.

IV. Por quanto tempo manteremos os seus dados?

Os dados pessoais transmitidos serão guardados pelo tempo que for necessário para a gestão e resolução da denúncia apresentada. Seguidamente, o acesso aos dados será bloqueado pelo responsável pelo tratamento da área de Cumprimento & Conduta, enquanto não decorrer o prazo de prescrição de qualquer ação judicial que possa ser iniciada.

V. Os dados poderão ser divulgados?

Relativamente à divulgação dos dados, os Titulares dos Dados são informados expressamente que os seus dados pessoais não poderão ser divulgados a terceiros, exceto nos casos em que a obrigação de divulgação decorra da lei. Sem prejuízo, o Banco tomará as medidas necessárias para preservar a confidencialidade acerca da identidade do Colaborador que tenha efetuado a denúncia.

A plataforma do Canal está localizada nos Estados Unidos. A transferência internacional dos dados é realizada com as garantias apropriadas e em conformidade com as regulamentações aplicáveis. O prestador do serviço é certificado através do Escudo de Proteção da Privacidade EU-EUA.

VI. Quais são os seus direitos quando nos fornece os seus dados?

O titular dos dados tem o direito de acesso aos dados que lhe digam respeito, à sua retificação bem como a solicitar a sua portabilidade e, nos casos em que a lei lhe permite, o direito de se opor ao tratamento, à limitação do tratamento e ao seu apagamento. Poderá exercer os seus direitos para o endereço de correio eletrónico do Encarregado de Proteção de Dados: privacidade@santander.pt ou, por correio, para o endereço Rua da Mesquita, n.º 6, Edifício Santander, 1070-238 Lisboa, Portugal.

O titular tem ainda o direito de apresentar reclamações relacionadas com o incumprimento pelo Banco das disposições relativas à proteção e tratamento de dados pessoais junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.